

Ilustríssimo Senhor

Presidente da Comissão de Licitações/Pregoeiro
Município de Roque Gonzales – RS.

Determino remessa à assessoria
jurídica para análise e parecer.

R. G.

06/03/19

Gabinete do Prefeito Municipal

RODAMAX COMÉRCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N. 20.519.809/0001-31, com sede Rua Coronel Neco Januario, 1180, Sala B, Centro, Cerro Largo, RS, CEP: 97900-000, neste ato representada por seu Administrador, Sr. **Rodrigo Zarzecki**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do CPF nº. 015.525.680-75 e do RG nº. 1094423264-SJS/RS, vem por meio do presente apresentar IMPUGNAÇÃO aos termos do Edital nº 007/2019, eis que eivado de irregularidades que ferem os princípios norteadores do presente certame, expondo para tanto o que segue e ao final requerendo:

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme definido no item 15 do Edital 007/2019, qualquer cidadão pode solicitar esclarecimentos, providências, ou impugnar os termos do presente edital por irregularidades, no prazo de até dois (02) dias úteis antes da data fixada para a realização do certame.

DO MÉRITO

Prevê o edital, em seu item 4.6.1, que a proposta venha acompanhada OBRIGATORIAMENTE de **CARTAS DE REPRESENTAÇÃO**, vejamos:

4.6.1. Cartas de Representação:

a) Para produtos de fabricação nacional: **Carta de Representação** ou documento hábil, em vigor, expedida pelo fabricante, autorizando a licitante a comercializar seus produtos, dispensada no caso de a licitante ser a própria fabricante.

b) Para produtos importados: **Carta de Representação** ou documento hábil, em vigor, expedida pelo fabricante, autorizando o importador a comercializar seus produtos; e Carta de Representação ou documento hábil, em vigor, expedida pelo importador, autorizando a licitante a comercializar os produtos por esta importados; este último documento é dispensado no caso de a licitante ser o próprio importador, sendo que os documentos em língua estrangeira deverão ser autenticados

Protocolo N° 182

Data: 06/03/19

Resp: [assinatura]

pelos respectivos consulados e traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

A Carta de Representação é uma autorização do fabricante para comercialização do produto, também chamada de carta de solidariedade do fabricante.

Contudo a exigência de apresentação de tal documento se mostra irregular, restringindo a participação apenas às empresas detentoras de tal documento fornecido pelo fabricante.

A exigência de carta de representação do fabricante obriga a submissão dos licitantes a terceiros alheios à disputa, ou seja, ao fabricante, condicionando a cotação do produto à apresentação de documento expedido por empresa privada que nem sequer participa da competição.

Por sua vez, o instrumento convocatório deverá fixar o prazo de garantia e as condições que a licitante contratada deverá cumprir sem a intervenção do fabricante e sem qualquer isenção ou privilégio, pois a Lei de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), nos seus artigos 24 e 25, §1º, já estabelece responsabilidade solidária do fornecedor e do fabricante para a garantia do produto.

É patente a ilegalidade e acintoso ao princípio da Isonomia, obrigar apenas empresas detentoras de Carta de Representação a participarem da licitação. A referida exigência ultrapassa os parâmetros legais previstos no art. 3º, I, da Lei 8.666/93, em que veda a Administração Pública incluir no edital condições que frustrem o caráter competitivo do certame e, por consequência, a busca da proposta mais vantajosa, além de ferir o princípio constitucional da isonomia, previsto no art. 37, XXI da Constituição Federal. Princípio este também previsto na Lei de Licitações.

A exigência de apresentação da referida Carta propiciará a formação de um *grupo* exclusivo de empresas autorizadas por um determinado fabricante a participar de licitações, podendo, assim, impor um aumento abusivo dos preços, o que leva à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. É o chamado *cartel*, o qual é severamente vedado pela Constituição Federal em seu artigo 173, §4º.

Ademais, os artigos 27 e seguintes da Lei 8.666/93 trazem um rol dos documentos que a Administração Pública poderá exigir dos licitantes e, especialmente no art. 30, que estampa a documentação relativa à qualificação técnica.


Contudo, não há nenhum documento, em qualquer fase do procedimento licitatório, que possa ser enquadrado na exigência da carta de representação do fabricante ora exigida.



Cumpre mencionar que o Tribunal de Contas da União, ao manifestar-se sobre tema, fixou entendimento pela falta de amparo legal para tal exigência, por se tratar de cláusula restritiva ao caráter competitivo das licitações, visto que, em princípio, a declaração emitida pelos fabricantes não é uma condição indispensável à garantia do cumprimento das obrigações advindas dos contratos a serem celebrados (Precedentes: Acórdãos 889/2010, 423/2007 e 223/2006). Os Tribunais de Contas dos Estados fixaram o mesmo entendimento, com raras exceções e em caso isolados.

Diante do exposto, requer o recebimento da presente IMPUGNAÇÃO e no mérito o ACOLHIMENTO da mesma, alterando-se/corrigindo-se o Edital nº 07/2019 para fins de supressão do ITEM 4.6.1 do referido ato convocatório, eis que fere os princípios norteadores do presente certame.

Cerro Largo, 04 de Março de 2019.



20.011.009/0001-31
**RODAMAX Comércio de Pneus,
Lubrificantes e Acessórios LTDA - ME**
Rua. Coronel Neco Januário - 1180 - Sala E
CEP:97.900-000
CERRO LARGO - RS